

Secretário Regional da Educação desmistifica críticas à proposta legislativa

“A nova reforma curricular escolar acarreta uma revisão de métodos requerida pela evolução das sociedades”

Em causa está o novo currículo escolar, recentemente discutido em sessões de esclarecimento nas escolas da Região. De acordo com Avelino Meneses, esta é uma proposta que assenta em cinco medidas principais que têm como objectivo conferir uma maior autonomia às escolas e diminuir os níveis de insucesso escolar que existem actualmente nos Açores.

Correio dos Açores: Falando desta proposta de Decreto Legislativo Regional aprovada em Conselho de Governo, referente ao novo currículo escolar, o que traz de novo? Podemos falar numa pequena revolução?

Avelino de Meneses (Secretário Regional da Educação e Cultura): Esta proposta é uma reforma. Na prática, será mais ou menos profunda, consoante as opções e as necessidades das escolas. Esta proposta não é uma revolução. Em nosso redor, não há razão para que não deixemos pedra sobre pedra, quando é sabido que são os ensinamentos do passado que melhor explicam o presente e projectam o futuro.

Entre objectivos e novidades, citemos cinco medidas:

A adequação do currículo às novas tendências pedagógicas, que obriga à revisão dos métodos, vertida num trabalho mais prático e experimental, em detrimento da memorização tradicional, também na prática da diferenciação pedagógica, exigida pela diversidade do corpo estudantil da escolaridade obrigatória, para que ninguém fique para trás.

A concessão de maior autonomia às escolas na gestão do tempo e na flexibilidade do currículo. E para quê? Para a descoberta das melhores respostas para os problemas diferenciados das nossas 40 unidades orgânicas.

A relativa aproximação ao currículo nacional, justificada pela uniformidade da avaliação externa, idêntica no continente e nas regiões autónomas, mas realizada em obediência aos referenciais nacionais. Só assim trilharemos o caminho da melhoria das classificações da Região e da aproximação à média do país.

A conservação de referências regionais e locais para a fixação e a perpetuação da nossa identidade. Neste caso, lembre-se o alargamento da leccionação de conteúdos de História, Geografia e Cultura dos Açores a todos os anos dos 2.º e 3.º ciclos, mesmo na modalidade de disciplina autónoma, caso seja essa a opção da escola.

A valorização do envolvimento da comunidade educativa no planeamento do currículo, através do reforço do papel do aluno enquanto centro do sistema educativo e agente das próprias aprendizagens, da conversão dos professores em actores principais do desenvolvimento curricular e do estímulo à participação dos pais e encarregados de educação.

As primeiras críticas defendem que para mais competências são necessários também mais investimentos. O Governo Regional está desperto para esta realidade?

A nova reforma não exige propriamente mais dinheiro, mais pessoal e mais espaço. De facto, não acarreta mais trabalho, somente alguma revisão de métodos, requerida pela evolução das sociedades. De resto, o Governo disponibiliza ao sistema educativo os meios técnicos e humanos adequados.

Quanto a equipamentos, há dois anos, apetrechámos de material informático as escolas do Corvo, das Flores, de Santa Maria e do Topo, em S. Jorge, no ano passado, as escolas da Graciosa e da Povoação e do Nordeste, em São Miguel. Este ano prosseguiremos com o programa.

Além disso, quando agora o Presidente anunciou o ensino da programação nos 1.º e 2.º ciclos, sem acrescentamento de carga horária, o anúncio foi acompanhado do lançamento de um concurso para a aquisição de cerca de dois mil computadores, para apetrechamento das escolas, sobretudo das mais carenciadas das periferias.

Quanto a pessoal docente, o decréscimo anual de mais de 1 000 alunos, fruto da contracção demográfica, coexiste com a manutenção do mesmo número de professores, que só pode resultar em acréscimo de apoio às aprendizagens.

Quanto a pessoal não docente, em todas as escolas, excede em muito aquilo que a legislação estabelece. Mesmo assim, encontram-se abertos precisamente 100 concursos,



Avelino Meneses, Secretário Regional da Educação e Cultura

Segundo o Secretário Regional, esta proposta funciona como uma forma de valorizar o envolvimento da comunidade educativa no planeamento do currículo escolar, convertendo os professores em “actores principais do desenvolvimento curricular e do estímulo à participação dos pais e encarregados de educação”.

para combater o envelhecimento e suprir a precariedade.

A flexibilidade curricular permite que existam currículos diferentes para alunos diferentes. É esse um dos objectivos deste diploma?

Sim. No tempo da escolaridade obrigatória, os corpos estudantis são mais numerosos e mais diversos. Por isso, nem todos os alunos se adaptam ao ensino regular tradicional, exigindo alternativas. Por si próprias, as escolas vão suprimindo as principais necessidades. A aprovação desta proposta de diploma facilita a descoberta de novas soluções.

Que resistências espera mais em relação ao novo diploma e da parte de quem?

Intrometi-me numa reunião de pais em Ponta Delgada. Sim, apareci sem ser convidado. Foi útil! Na generalidade, não detectei oposição aos princípios da proposta de diplo-

ma. Claro que houve críticas! Mesmo assim, diversas.

Por exemplo, onde uns viam muita autonomia, outros viam ainda pouca. É sinal de que procurámos uma solução moderada, relativamente consensual. De resto, as resistências são saudáveis, pois obrigam à reflexão. Todavia, as resistências são também filhas do nosso conservadorismo natural, sempre avesso à mudança, independentemente das nossas diferentes opções políticas.

Costuma-se dizer que temos “escolas de ouro”. De que forma este diploma poderá ajudar a aproximar os nossos níveis de educação à média nacional e europeia?

As instalações não são a essência das instituições. É preciso mais! Acima de tudo, o empenho das comunidades escolares, de estudantes, professores e pais. No entanto, as alterações legislativas ajudam. Nesta proposta de diploma, atentos à nossa realidade, sem importação acéfala de modelos, acolhemos princípios em voga em regiões e países com bons resultados escolares. É legítimo que aguardemos por melhorias.

É possível a identificação de alterações susceptíveis da obtenção de melhores resultados. Logo no 1.º ciclo, por exemplo, a criação da componente de Estudo Integrado, isto é, de apoio ao estudo, evitada dos desígnios de ensinar a estudar, de conferir autonomia. É uma forma de colocar os alunos em maior pé de igualdade, já que em casa ficam à mercê da escolarização dos pais, que reverte em benefício de uns e em prejuízo de outros.

Além disso, nos 1.º, 2.º e 3.º ciclos, a leccionação de disciplinas de Tecnologias da Informação e da Comunicação, incluindo ensinamentos de programação, acresce a capacidade de raciocínio e a literacia digital, em proveito do sucesso escolar.

Joana Medeiros